

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – CES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO – UAE
CAMPUS CUITÉ

**QUE INCLUSÃO É POSSÍVEL? UMA EXPERIÊNCIA NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CUITÉ, PB**

CUITÉ – PB

2011

CIBELE DA SILVA FURTADO

**QUE INCLUSÃO É POSSÍVEL? UMA EXPERIÊNCIA NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CUITÉ, PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação com Foco em Ensino Aprendizagem da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência para obtenção do Grau de especialista.

Orientadora: Profa. MSc. Caroline Zabendzala Linheira

CUITÉ – PB
2011



Biblioteca Setorial do CES.

Junho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

F992i

Furtado, Cibele da Silva.

Que inclusão é possível? Uma experiência na sala de recursos multifuncionais no município de Cuité. / Cibele da Silva Furtado – Cuité: CES, 2012.

60 fl.

Monografia (Curso de Especialização em Educação com Foco Ensino-Aprendizagem) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2012.

Orientadora: Caroline Zabendalla Linheira.

1. Inclusão. 2. Deficiência. 3. Inclusão – sala – recursos multifuncionais. I. Título.

CDU 376

CIBELE DA SILVA FURTADO

**QUE INCLUSÃO É POSSÍVEL? UMA EXPERIÊNCIA NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CUITÉ, PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação com Foco em
Ensino Aprendizagem da UFCG, para obtenção do grau de especialista em
Educação. Conceito A, conforme a apreciação da Banca Examinadora.
Avaliada em 07 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Caroline Linheira

MSc. Caroline Zabendzala Linheira (Orientadora)
UAE/CES/UFCG

Anderson Scardua Oliveira

Dr. Anderson Scardua Oliveira (Titular)
UAE/CES/UFCG

Lauro Pires Xavier Neto

MSc. Lauro Pires Xavier Neto (Titular)
UAE/CES/UFCG

Dr. André Antunes Martins (Suplente)
UAE/CES/UFCG

UFCG / BIBLIOTECA

Dedico a meus alunos
da Sala de Recursos
Multifuncionais da E.M.E.F.
Celina de Lima Montenegro
Cuité PB.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram dadas na vida, vitórias alcançadas e bênçãos recebidas.

A meu pai e a minha mãe pelo apoio dado em todos os momentos.

A minha orientadora e amiga MSc. Caroline Zabendzala Linheira Centro de Educação e Saúde, por todos os momentos, as conversas, conselhos, carinho, paciência, parceria e empenho em me ajudar.

A minhas irmãs Sandra Maria Furtado da Silva e Sanny da Silva Furtado, por todas as muitas conversas.

A minha avó Júlia que sempre me incentivou.

A meu sobrinho Jorddan pelos momentos de renovação ao chegar do trabalho.

Ao meu esposo Erik pelo apoio e incentivo neste curso.

Aos meus grandes amigos Irma Dias, João Dantas Neto, Ângela Costa, Avanilda Batista, Ana Maria e Renan Furtado que me ajudaram em tantos momentos difíceis da vida e deste curso.

Ao professor MSc. Lauro Pires Xavier Neto pelas tantas conversas e pelos ótimos momentos partilhados.

Ao Curso de Especialização em Educação com Foco em Ensino Aprendizagem, nas pessoas do Prof. Dr. André Antunes Martins e do Prof. Dr. José Carlos de Freitas Paula, pela oportunidade da realização do curso.

A todos os professores do Curso de Especialização em Educação com Foco em Ensino Aprendizagem, Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG), pois cada um deles contribuiu de forma significativa para o meu crescimento pessoal e profissional.

A Leandro Augusto Neves assessor de comunicação Da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, pelas palavras tão carinhosas de entusiasmo, esperança e incentivo.

A todos os meus colegas do Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG), por tantos momentos especiais.

Aos funcionários do *Campus* Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG), que sempre me trataram com atenção e carinho.

Ao Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG), na pessoa de seu Diretor o Prof. Dr. Ramilton Marinho Costa, pela compreensão

A Eluze Lopes da Silva que me auxiliou no início dos trabalhos desenvolvidos na Sala de Recursos Multifuncionais.

A Janaína Godoy pelo apoio atual na Sala de Recursos Multifuncionais.

Aos funcionários e amigos da E.M.E.F. Deputado Jessé Filho, Jaçanã, RN, pela compreensão e apoio dados em todos os momentos deste curso.

Aos funcionários e amigos da E.M.E.F. Celina de Lima Montenegro Cuité PB na pessoa da Gestora Escolar Graça Teixeira pela compreensão e apoio dados em todos os momentos deste curso e no cotidiano escolar, proporcionando a mim e aos meus alunos um ambiente aconchegante e acolhedor.

Ao ex-Secretário Municipal de Educação do município de Cuité PB, Hélio Plácido de Almeida o qual foi responsável por minha ida a sala de Recursos Multifuncionais, e a atual Secretária Micheline Palmeira Furtado Andrade pela permanência nesta sala.

Aos pais dos alunos da Sala de Recursos Multifuncionais da E.M.E.F. Celina de Lima Montenegro pela confiança e colaboração tão presentes em nosso dia-a-dia.

E em especial aos meus 14 alunos, que me fizeram enxergar um novo mundo, com limitações, mas repleto de oportunidades. Que me tornaram um ser humano melhor e mais capacitado para lidar com as adversidades da vida. A vocês o meu eterno carinho e agradecimento.

Agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta nessa minha conquista.

*"É apenas com o coração que
se pode ver direito; o essencial é
invisível aos olhos."*

(Antoine de Saint Exupéry)

RESUMO

A sala de recursos multifuncionais é um local destinado ao atendimento individual e especializado de crianças com deficiência. Sua criação tem como principal objetivo suprir a necessidade educacional destas. No Brasil, especialmente em nossa região, a educação inclusiva encontra vários obstáculos para ser efetivada no ensino regular. A falta de professores especialistas é talvez o maior dos entraves. Contudo, as políticas governamentais de inclusão exigem que tal atendimento seja ofertado em todas as escolas. A inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, que implica em formação pedagógica de professores e participação da família. O relato aqui apresentado é uma pesquisa sobre as possibilidades reais de inclusão em nosso contexto. Pretendemos descrever e analisar uma iniciativa de inclusão escolar a partir de uma sala de recursos multifuncionais. A sala de recursos da E. M. E. F. Celina de Lima Montenegro foi criada no ano de 2009 e atualmente tem 14 alunos matriculados. A dinâmica de trabalho construída nestes três anos deve-se às tentativas e erros, leituras, estudos e uma busca um tanto pessoal para garantir o acolhimento e desenvolvimento cognitivo destes alunos. A sala funciona de forma semelhante à classe regular quando se planejam atividades comuns para todos os alunos. Entretanto, a diferença se faz na execução, quando a própria turma se permite respeitar os espaços e tempos de cada um. O clima de amizade e companheirismo prevalece e resulta em progressos visíveis na escrita, na leitura, na comunicação oral e na sociabilidade dos educandos. Tais resultados podem ser percebidos nos relatos de familiares, de outros profissionais da escola e nos relatórios individuais registrados durante todo o ano letivo. Alguns alunos frequentam classes regulares na escola, de forma esporádica. Eles parecem preferir a sala de recursos. Portanto, ao contrário do que preconiza a legislação, acreditamos que a sala de recursos multifuncionais pode ser usada de diferentes formas em diferentes contextos, especialmente onde a ausência de profissionais especializados na área é comumente usada como desculpa para o não acolhimento dos alunos especiais

Palavras – chave: Sala de recursos Multifuncionais, Inclusão, Deficiência.

ABSTRACT

The multi-functional resource classroom is a place for individual and specialized care for children with disabilities. Its creation has as main objective to provide the educational needs of them. In Brazil, especially in our region, inclusive education finds several obstacles to be effective in regular teaching. The lack of expert teachers can be considered the greatest problem. However, government policies of inclusion demand this kind of service be offered in all schools. The inclusion of children with special needs requires significant changes in the structure and working of schools which implies in pedagogical training of teachers and family participation. This report is a research about the real possibilities of inclusion in our context. We intend to describe and analyze a school initiative from a multi-functional resource classroom. The resource classroom of the E. M. E. F. Celina de Lima Montenegro was established in 2009 and currently has 14 (fourteen) students enrolled. The dynamic of work developed in these two years is due to attempts and errors, reading, studies and a search, in a personal way, to guarantee the reception and cognitive development of these students. The classroom works similarly of a regular one when planning common activities for all students. However, the difference is in the performance when the group allows itself to respect the spaces and times of each other. The climate of friendship and companionship prevails and results in visible progress in writing, reading, oral communication and sociability of students. These results can be observed in interviews took place with the students' families, in reports of school personnel and in individual reports registered during the school year. Some students attend regular classroom at school sporadically. They seem to prefer the resources classroom. Therefore, on contrary to legislation, we believe that the multi-functional resource classroom can be used in different ways and in different contexts, especially where the lack of experts in the area is commonly used as an excuse for not receiving special students.

Key-words: Multi-functional Resource Classroom; Inclusion; Disability.

SUMÁRIO

1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL.....	12
1.1 A Educação Inclusiva: uma Reflexão.....	16
2. A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO.....	21
2.1 Sala de Recursos Multifuncionais da E. M. E. F. Celina de Lima Montenegro.....	24
2.1.1 O Grupo de Alunos.....	26
2.1.2 Rotina de Atendimento da Sala de Recursos do Celina.....	28
2.2 Por que estudar as Salas de Recursos?.....	30
3. TRAJETÓRIAS DA PESQUISA.....	32
3.1 Entrevistas com as Mães.....	34
3.2 Entrevistas com os Alunos.....	36
3.3 Parecer Avaliativo dos Alunos.....	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
5. REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	48
ANEXO 1 QUADROS DE MATERIAIS	
ANEXO 2 ENTREVISTAS COM MÃES	
ANEXO 3 ENTREVISTAS COM ALUNOS	
ANEXO 4 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Nos dias atuais em que a inclusão de portadores de necessidades especiais no ensino regular é uma realidade a temática tem sido mais discutida e é facilmente confundida com a educação especial. No senso comum a educação especial e a educação inclusiva são usadas, até mesmo pelos professores, como sinônimos. Entretanto, uma breve análise histórica pode esclarecer as relações ora de complementaridade ora de ruptura entre tais expressões.

Após muitos séculos de negligências e segregações os portadores de deficiências começam a ser observados com interesse por médicos no século XIX. É com Maria Montessori (1870-1952) que as crianças especiais começam a ter atenção e estímulo para desenvolver sua cognição através de brinquedos e metodologias específicas, iniciando então a primeira ação concreta de acolhimento dessas crianças, pois até então elas eram mantidas dentro de suas casas sem nenhum tipo de contato externo e na busca de maior conhecimento dessas deficiências foi que praticamente por acaso a médica pôde observar que as crianças se desenvolviam rapidamente com estímulos simples das brincadeiras do cotidiano e com uma boa dose de afetividade.

No Brasil, nesta mesma época, D. Pedro II funda o Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Apesar das possíveis críticas, a Educação Especial começa a se constituir como uma especialidade embora movimentos posteriores venham a reivindicar o acesso de todos na educação. Em 1954 surge a primeira escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) como uma opção a escola regular.

Mesmo mantendo de certa forma a separação – especiais e normais – a consolidação de espaços de educação especial permitiram nos 20 anos seguintes bons progressos na educação e socialização de crianças especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 aponta o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente no sistema geral de ensino. Em um retrocesso, em 1971 a então nova LDB define o tratamento

especial aos alunos com deficiência, que acaba forçando o atendimento em classes especiais. Em 1973 se cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela gerencia da educação especial (BRASIL, 2008).

Este cenário permanece até as décadas de 1980 e 1990 com a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca a integração dos portadores de deficiências passa a ser debatida.

Na Constituição Brasileira de 1988 contempla a educação, habilitação e reabilitação da pessoa deficiente, além da sua integração à vida comunitária. Prevê a educação como um direito de todos, estabelece a igualdade nas condições de acesso e permanência na escola e garante como dever do Estado o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Em 1989, a Lei 7.853/89 dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência sua integração social e cria uma Coordenação específica. Em termos educacionais a lei determina a obrigatoriedade das escolas terem programas de educação especial, e garante assistência financeira como em salas regulares (BRASIL, 1989).

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pelas Nações Unidas, constrói um documento intitulado Declaração de Salamanca que se torna referencia mundial, pois trata de procedimentos padrões para o atendimento especial visando uma sociedade inclusiva. Não faremos aqui uma análise crítica deste documento, embora concordemos com Santos (2002) que aponta divergências dentro do próprio documento e problemas de tradução.

Em resumo frequentemente se diz que a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994 n.p.) pressupõe:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades especiais;

- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não o contrário;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças (INFOESCOLA, 2011)

Inspirado neste movimento, ainda em 1994, no Brasil é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração institucional que condiciona o acesso às classes comuns àqueles que têm condições de acompanhá-lo, desta forma mantendo a segregação pela educação especial (BRASIL, 2008).

É somente em 1996 com a renovação da LDB, e a necessidade de garantir os direitos constitucionais que ela traz algumas inovações, não só para a educação em geral, como também para a educação especial. Neste documento foi dedicado um capítulo inteiro à inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, além da ampliação de oportunidades, como, por exemplo, a legalização da educação infantil, incluindo a criança deficiente nessa etapa escolar.

A expressão educação inclusiva ou simplesmente inclusão escolar ainda não aparece neste documento. Ele assegura mais uma vez o papel do Estado na promoção da educação especial, assegura currículo, métodos, recurso e organizações específicas para atender o público especial.

Em 1999, um decreto vem regulamentar a lei de 1989, citada acima, que define a educação especial como modalidade transversal, enfatizando a atuação complementar ao ensino regular (BRASIL, 2008).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica CNE/CEB nº2/2001 é quem vem sugerir a inclusão:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001a, Art 2º)

Ainda em 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE) destaca a necessidade de se produzir uma escola inclusiva que garanta atendimento à diversidade humana. Em 2002 as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica contempla a formação para a diversidade em seu discurso. Neste ano também há o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e uso do Braille.

É no ano de 2003 que o Ministério da Educação (MEC) implementa o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que visa capacitar professores e gestores visando a transformação do sistema educacional. Para finalizar, em 2004 o Ministério Público Federal publica o documento que garante o acesso de alunos com deficiência às classes comuns da rede regular (BRASIL, 2008).

Daí em diante uma série de normativas vem impor a inclusão dos portadores de deficiências não só na escola, mas em diferentes espaços sociais.

Tem-se agora estabelecido o termo educação inclusiva.

Sabendo que não seria possível, devido à precariedade da educação brasileira, uma inclusão plena, com professores altamente capacitados e escolas efetivamente preparadas, em 2008 se publica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Uma das inovações trazidas por ela é o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (BRASIL, 2008).

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns e, portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola e está atrelada a inclusão dos alunos, público alvo no Ensino Regular. Para realizar a

inclusão a partir desse atendimento são disponibilizadas as Salas de Recursos Multifuncionais, objeto de estudo desta pesquisa.

1.1 Educação Inclusiva: uma reflexão

A Educação inclusiva, como conceito, atenta para a diversidade inerente a espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educacionais de todos os alunos com deficiência em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. (CAVALCANTE, 2005).

A prática pedagógica coletiva e a dinâmica flexível requerem mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas e também na formação pedagógica e humana dos professores e familiares.

Considerando a importância da educação como instância maior para um País, Estado ou Município, faz-se necessário conhecer e analisar o sistema educacional a partir de uma realidade existente e para que isso seja possível será realizado um diagnóstico geral na sala de recursos multifuncionais da E.M.E.F. Celina de Lima Montenegro (Imagem 1), localizada na cidade de Cuité PB, o qual nos ajudará a compreender a diversidade dos aspectos analisados possibilitando conhecer de perto a Escola enquanto instituição pedagógica, administrativa e cidadã no sistema educacional de ensino.



Imagem 1 – Fachada da E.M.E.F. Celina de Lima Montenegro.

Educação inclusiva entendida sob a dimensão didático-curricular é aquela que proporciona ao aluno com necessidades educativas especiais participar das atividades cotidianas da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais - mesmo que de modos diferentes, preferencialmente sem defasagem idade-série, como afirma Stainback e Stainback (1999):

A educação inclusiva pode ser definida como "práticas de inclusão de todos independentes de talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aulas provedoras, onde as necessidades do indivíduo sejam satisfeitas" (p. 21)

Como agente mediador do processo ensino-aprendizagem, cabe ao professor o papel de fazer as adaptações necessárias no currículo escolar (GLAT; PLETSCH, 2003). O currículo para uma escola inclusiva, entretanto, não se resume apenas a adaptações feitas para acomodar os alunos com deficiências ou demais necessidades especiais. A escola inclusiva deve ter uma nova forma de concepção curricular, que deve atender e entender a diversidade do seu alunado.

Utilizando-se da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), considera-se escola inclusiva aquela que "reconhece e satisfaz as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos (n. p.)."

A escola inclusiva é, portanto, uma nova escola, uma escola que ainda precisa ser criada e que sua proposta venha de fato a garantir o aproveitamento acadêmico e o crescimento pessoal dos alunos, ditos, especiais incluídos, bem como para o sistema escolar como um todo.

De acordo com a LDB, a formação inicial dos professores deverá se tornar exclusiva responsabilidade das universidades ou institutos superiores de educação. Convém lembrar que o Ministério da Educação já vem a muito apontando sobre a necessidade de incorporar conteúdos sobre necessidades educativas especiais em todos os cursos de graduação, principalmente na área da formação de professores (Recomendação 1.793 do MEC de 28.12.94) (DEFICIENTE CIENTE, 2011).

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino ganha cada vez mais destaque no cenário nacional e internacional devido a várias mobilizações que visam à inserção efetiva de pessoas portadoras de deficiência na sociedade contribuindo e participando enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres.

Pode-se dizer que esta discussão sobre inclusão é fundamentada na movimentação histórica decorrente das lutas pelos direitos humanos e não é mais uma novidade, pois tais princípios já receberam aprovação desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, entretanto, no que diz respeito aos vários cenários em que tais princípios de participação e direitos humanos se inserem, ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferentes correlações que a inclusão possa assumir.

Exemplos práticos desta necessidade podem ser facilmente observados no dia-a-dia, quando se percebe a perplexidade, confusão e

insegurança com que professores e outros profissionais se deparam com o tema quando abordado em teoria ou na prática.

A escola necessita de mudança estrutural e é impossível falarmos de Educação Inclusiva com as escolas ainda funcionando com séries, currículos fechados ou adaptações curriculares e avaliações formatadas, com professores trabalhando sozinhos e com práticas tradicionais ou adaptadas. Precisamos da mudança de funcionamento do sistema escolar por ciclos, currículos individuais, progressão continuada, avaliações contínuas e auto-avaliações, respeitando a individualidade de todos os alunos. Uma educação pautada na cooperação, na criatividade, na reflexão crítica, na solidariedade, na afetividade, uma educação libertária e emancipadora.

Percebemos cada vez mais textos e publicações falando de inclusão, seus benefícios, seus sucessos quer sejam no âmbito da educação, no mundo do trabalho ou nas relações entre pessoas, mas precisamos de mudanças que caminham ainda a passos lentos. A sociedade do terceiro milênio é uma sociedade em que não há mais espaço para a exclusão. A inclusão é um dos princípios fundamentais para a transformação humanizadora desta sociedade do século XXI.

Em Pedagogia da Tolerância Paulo Freire (2005)¹ faz uma coletânea de reflexões e diálogos sobre a tolerância em conviver com as diferenças. A obra deve ser exaltada por seu conteúdo que procura transparecer toda a humanidade e a esperança do autor por um mundo mais justo e igual. Com isso esta importante obra é uma construção epistemológica de idéias de paz e aceitação.

Em um de seus trechos diz que “a tolerância é a virtude que nos ensina a conviver com o diferente, a aprender com o diferente e a respeitar e aceitar o diferente”. Acredito que o texto de Freire é de suma importância para quem deseja compreender o processo de adaptação por que passa a Inclusão Educacional e Social que busca meios de afetividade igualitária para esse

1 Livro organizado por Ana Maria Araújo Freire

inevitável convívio com as diferenças, nos levando a encarar as deficiências não como barreiras e sim como limitações.

Nos últimos 20 anos temos vivenciado, no Brasil, um fortalecimento da inclusão escolar como organizadora das metas para a escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, essa perspectiva exige que se institua um amplo debate sobre as diretrizes da escola brasileira, sua organização pedagógica e seus profissionais no sentido de favorecer a pluralidade de ações que sejam complementares e articuladas e que garantam o acesso ao conhecimento, assim como a oferta de apoios oriundos das três estâncias.

O desafio da educação inclusiva é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional.

A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos. Essa concepção está expressa nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, conforme disposto no seu art. 1º:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009)

2. AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

As salas de recursos multifuncionais² são espaços destinados ao atendimento educacional especializado, individualizado ou de pequenos grupos de crianças que sejam portadoras de necessidades educacionais especiais semelhantes a fim de serem trabalhadas habilidades específicas como, por exemplo: coordenação motora grossa que são expressões corporais como danças e teatros, e coordenação motora fina que são habilidades manuais como pinturas, recortes e colagens.

As salas de recursos cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotadas de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

Até 2009 foram oferecidas 15.551 salas de recursos, distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal, atendendo 82% dos municípios brasileiros³.

A implantação dessas salas veio de um programa realizado pela Secretaria de Educação Especial e conta com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. Anexo segue a lista de materiais (ANEXO 1) destinados a este tipo de atendimento, dentre eles estão jogos pedagógicos (Imagem 2), instrumentos musicais, materiais específicos para diferentes necessidades, equipamentos de informática (Imagem 3) dentre outros.

2 Para facilitar a leitura adotaremos o termo sala de recursos suprimindo o multifuncionais ao longo deste texto.

3 Disponível no portal do MEC:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&Itemid=595> Acesso em 26/11/2011, 17h.

A intenção é atender com qualidade alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP.

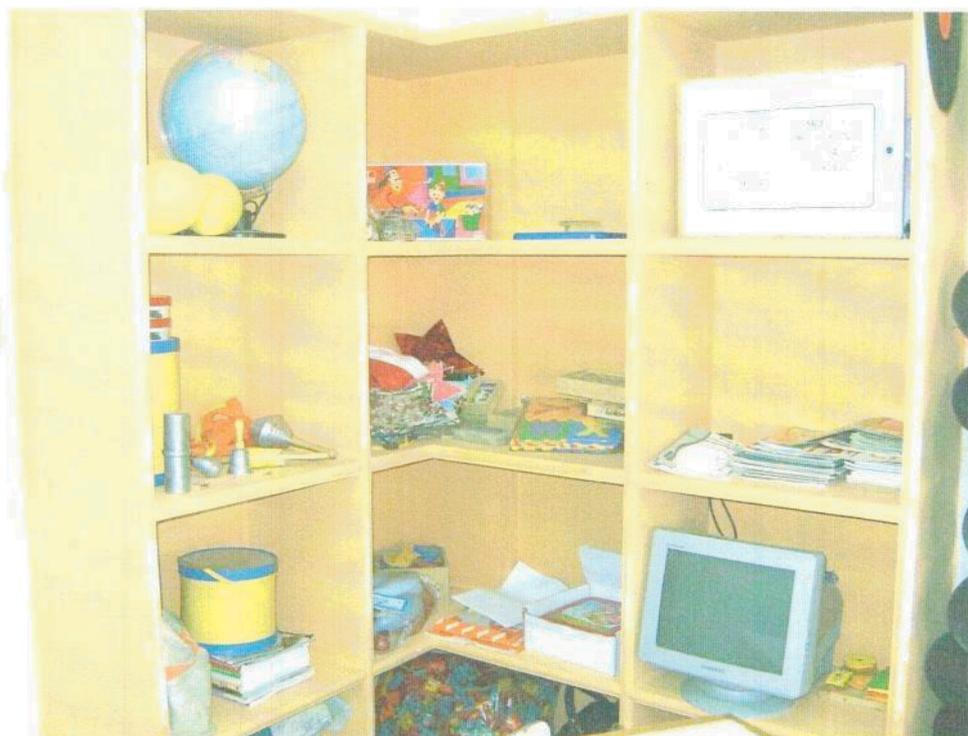


Imagem 2 – Material didático-pedagógico contendo jogos educacionais, bandinha, entre outros.



Imagem 3 – Equipamentos de informática com teclado com colméia e Mouse com entrada para acionador.

Na Paraíba não existem dados concretos sobre a quantidade de salas de recursos multifuncionais existentes, sabe-se apenas que a maioria dos municípios já foram contemplados com o Programa, em Campina Grande, por exemplo, existem 19 salas⁴ em funcionamento, em Cuité são quatro.

Os docentes que trabalham nestas salas, em geral, constroem sua dinâmica quase que de forma individualizada e usam a experiência acumulada na formação ou na prática para o desenvolvimento das aulas que em grande parte dos casos, são estruturadas sem um planejamento acadêmico e sistema de avaliação consistente. Isso porque existe um déficit grande de professores com formação específica para a área e, não existem ainda orientações pedagógicas gerais para o funcionamento das mesmas.

4 Como afirma a articuladora da Educação Especial na SEDUC/CG, Iara de Moraes Gomes a qual é tutora do Programa de Atendimento Educacional Especializado do pólo de Campina Grande que atende os municípios do Cariri e Curimataú entre eles o município de Cuité que conta com quatro SRM sendo três delas em Escolas Municipais e uma delas numa Escola Estadual.

Vale lembrar, também, que, mesmo quando inseridas em escolas regulares, as classes especiais, raras exceções, não estão integradas ao projeto político-pedagógico da escola, o que dificulta a parceria com os demais educadores das salas regulares. Isso parece estar acontecendo com as salas de recursos devido terem sido implantadas há pouco tempo e por ainda se tratar de uma novidade.

A partir deste cenário se constrói nossa pergunta de pesquisa: Que inclusão é possível fazer com recursos materiais e sem recursos humanos? Que elementos fundamentam o trabalho em salas tão diversas? Neste norte, nosso objetivo consiste em analisar o trabalho realizado na sala de Recursos da Escola Celina de Lima Montenegro buscando elementos que possam apontar conquistas nesses três anos de trabalho e fragilidades a serem superadas nos próximos.

2.1 Sala de Recursos Multifuncionais da E.M.E.F. Celina de Lima Montenegro

A sala de recursos do Celina, como chamamos em conversas informais, teve início antes mesmo da implantação das salas de recursos nas escolas públicas do país. Em 2007 ela foi montada como sala de atendimento especializado por uma ONG italiana - "Progetto Mondialità" diretamente ligada a Igreja católica que aqui veio desenvolver esse trabalho por intermédio de um Padre italiano (Padre Donato) que foi pároco deste município durante vários anos⁵.

5 Ele percebeu que as pessoas com deficiência eram esquecidas, com raro ou nenhum convívio social e por isso decidiu implantar esse projeto nos municípios os quais ele atendia enquanto pároco (Barra de Santa Rosa, Cuité e Nova Floresta). Os materiais e mobiliários foram comprados pela ONG e a prefeitura em contrapartida disponibilizaria um profissional para lecionar lá. As atividades educativas começaram com uma representante da ONG a professora vinda da Itália Nicoleta Dalena, que permaneceria no Brasil por dois anos para a criação das salas. Seu primeiro passo foi procurar as Secretarias de educação de cada município para que as mesmas encaminhassem professores a esta sala para passarem por um treinamento e assim estarem aptas a lecionar nessa sala. Ao final de 2008 a professora teve que retornar a Itália e assim as salas foram municipalizadas passando então a serem integradas no currículo escolar onde foram denominadas Salas de Recursos Multifuncionais.

Em 2008 a classe estava municipalizada, e ao ser aprovada num concurso público no município fui designada para esta sala, sem nenhum tipo de preparação ou formação específica na área. Confesso que me assustei, pois nunca havia trabalhado com crianças deficientes e por estar no final do ano letivo (novembro de 2008) a preocupação foi ainda maior, pois essas crianças certamente já estavam adaptadas a metodologia da antiga professora.

Fiquei sem saber como me preparar para o primeiro dia de aula que para minha surpresa estive presente apenas uma aluna, que me analisava dos pés a cabeça e dizia que “preferia a outra professora”. De início me senti constrangida, mas, pude perceber que o que aquela criança necessitava na verdade era de acolhimento, um acolhimento que ela temia perder, um espaço tardiamente conquistado que poderia lhe ser subtraído.

Outro grande desafio foi o fato de me ver professora de uma aluna portadora de Síndrome de down e da doença Filariose Linfática conhecida por elefantíase, que por sermos praticamente da mesma idade já a conhecia desde criança e sentia diante dela certo pânico.

Temia que ela fosse violenta e que eu não fosse capaz de encará-la depois de anos de rejeição velada. Para minha surpresa e alegria ela era uma pessoa carinhosa e educada que me fez refletir várias vezes sobre a minha visão pelas pessoas que considerava diferentes de mim.

Depois desse primeiro momento pude perceber que não estava ali por acaso e que cabia a mim fazer a diferença naquele ambiente escolar e na vida daquelas pessoas. Com o passar dos dias pude perceber que as deficiências existentes naquela sala nos tornavam cada dia mais semelhantes e que a junção do grupo nos tornava cada vez mais fortes para enfrentarmos o olhar preconceituoso de algumas pessoas que desconheciam o potencial daquelas crianças. Foi então que quis tornar aquele espaço mais do que um local para recreação, mas também um ambiente de superação onde cada aluno presente se sentisse motivado a aceitar e compreender a diversidade a qual estamos constantemente inseridos.

Após esta etapa de aproximação e identificação com o contexto outro desafio se põe: como planejar as aulas? Que atividades desenvolver? Como avaliar?

Com a ajuda de uma supervisora, seguida de tentativas e erros e as próprias demandas dos alunos conseguimos estabelecer uma rotina que tem no planejamento diário, a acolhida, o momento da leitura, momento da escrita, vídeos-aulas, entre outros (Imagem 4).



Imagem 4 – Alunos na sala de recursos multifuncionais.

2.1.1 O Grupo de alunos

Atualmente, nossa sala tem 14 alunos matriculados, seis meninas e oito meninos. As idades variam dos quatro aos 28 anos. Como diagnósticos temos: Síndrome de down, Deficiência Mental, Intelectual e Física, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, Paralisia Cerebral e Autismo.

Tabela 1: número de alunos matriculados na Sala de Recursos Multifuncionais da E.M.E. F. Celina de Lima Montenegro desde a implantação.

ANO	Nº DE ALUNOS
2008	06
2009	10
2010	13
2011	14

A participação deles é flutuante, apenas às terças e quintas feiras todos estão reunidos, nos outros dias geralmente se faz um grupo de cinco ou seis alunos. Especialmente na segunda-feira a frequência é ainda menor por motivo da feira livre, pois os alunos gostam de passear lá com seus pais.

Todos esses alunos também estão matriculados em turmas regulares nesta mesma escola no turno matutino, onde alguns frequentam com pouca regularidade. Os professores das salas “comuns” atualmente cumprem um papel apenas de socialização, pois as avaliações são realizadas na sala de recursos e a elas são realizadas relatórios diários que depois são transformados em mensais e posteriormente em anuais. O que deveria de fato acontecer nas salas regulares seria o aluno especial realizar as mesmas atividades dos demais e então ser avaliado de acordo com seu desempenho individualmente, mas por motivo da entrada desses alunos ainda ser um fator inovador essa realidade ainda é inexistente.

2.1.2 Rotina de Atendimento da Sala de Recursos do Celina

O turno vespertino começa às 13h. Os alunos costumam chegar pontualmente trazidos por suas mães, avós e tias. Todos estão banhados e perfumados e quase sempre animados (Imagem 5 e 6).

Nos reunimos na mesa coletiva, fazemos a oração, cantamos músicas de boas vindas, falamos um pouco sobre o nosso dia e damos início a aula.

O planejamento é feito seguindo a metodologia da escola inclusive sob a supervisão pedagógica⁶. A cada mês uma data é escolhida para ser a referência do planejamento mensal. A partir dela organizamos em forma de projeto atividades que ao longo do mês vão sendo realizadas e culminam em uma produção que pode ser: apresentações artísticas, gincanas, brincadeiras e etc. Nesse momento todas as salas se envolvem nas mesmas atividades. Ao final de cada dia, registramos no diário de classe a participação e o desenvolvimento de cada aluno destacando seus avanços diários nos contextos cognitivos, pedagógicos e afetivos.

6 Além desta supervisão, a Secretaria de Educação do Município tem uma Supervisão Geral das Salas de Recursos que visita a escola com certa regularidade e faz o acompanhamento dos registros.

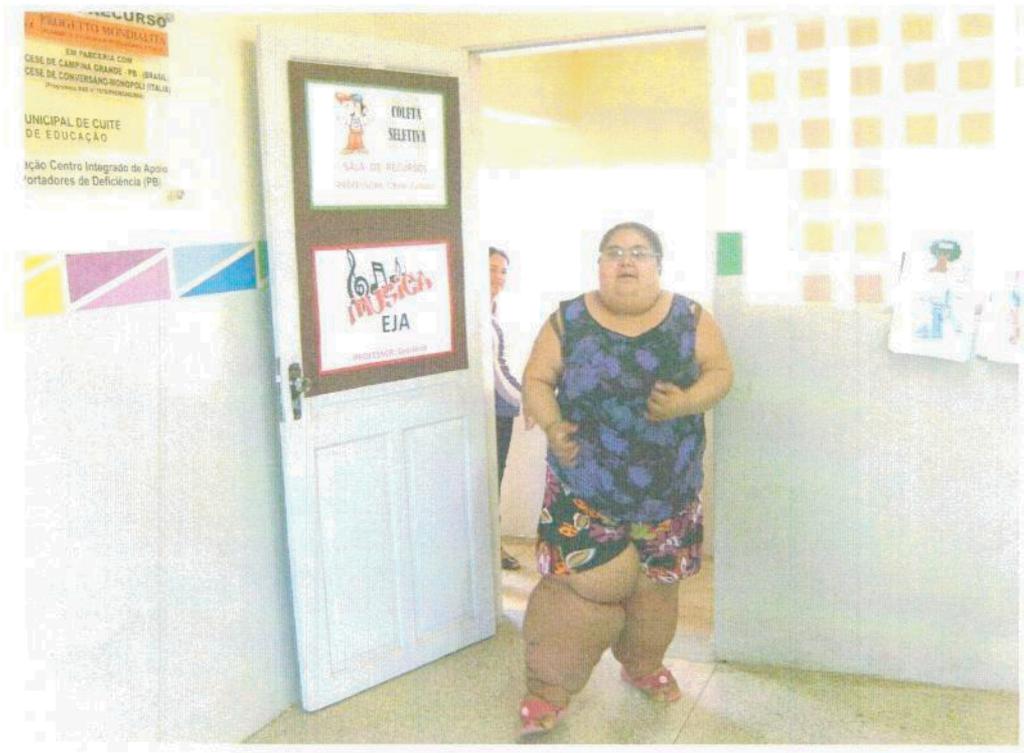


Imagem 5 - Aluna chegando para aula na sala de recursos.



Imagem 6 - Aluno chegando para aula na sala de recursos.

2.2 Por que estudar as salas de recursos?

Apesar da aparente harmonia descrita no item anterior uma inquietação nos persegue enquanto educadoras preocupadas com o desenvolvimento holístico dos nossos alunos: que educação estamos fazendo? Que significado nosso trabalho pedagógico, psicológico e social tem para os alunos e suas famílias? O contato direto e as falas espontâneas ao longo dos três anos de trabalho sugerem bons resultados, mas quais são eles?

A área da educação inclusiva carece de estudos no Brasil. São poucos os estudos acadêmicos e muito menos os materiais que sugerem práticas e metodologias para o trabalho nas salas de recursos. Vivemos ainda um momento de criatividade para quem se arrisca a trabalhar nas salas de recursos e um momento de rejeição por parte de muitos professores do ensino regular que se dizem não preparados.

De acordo com dados apresentados pela UNICEF em 2007 de cada 10 crianças portadoras de algum tipo de deficiência, apenas duas freqüentavam a escola ou algum tipo de instituição de ensino. Na faixa etária entre 12 e 17 anos essa estatística é ainda menor, pois, devido a ser um tema recente as famílias ainda apresentam resistência por temerem algum tipo de preconceito ou pelo fator cultural de acharem que os portadores de deficiência são incapazes de algum tipo de avanço seja este pedagógico ou social.

Diante dessa problemática, sentimos a necessidade de analisar a dimensão e a natureza desse problema na escola estudada, partindo de relatos, questionários, entrevistas e histórias vividas pela família e por toda a comunidade escolar, no intuito de contribuirmos para uma maior divulgação do trabalho realizado.

Nos propusemos a estudar a sala não apenas em seu caráter especial, mas, mas também avaliando sua potencialidade como uma sala de educação inclusiva onde existem semelhanças com as salas de ensino regular.

O objetivo do presente trabalho é apresentar reflexões acerca da ação pedagógica e dos serviços educacionais especializados dirigidos às pessoas

com deficiência, considerando o atual contexto brasileiro e os desafios para este tipo de atendimento.

Diante disso, tornam-se nossos objetivos de pesquisa:

- Listar alguns pressupostos da educação inclusiva em documentos oficiais;
- Avaliar nossa prática na sala de recursos através do discurso das mães e alunos;
- Analisar o progresso dos alunos ao longo de três anos de funcionamento da sala;
- Analisar e discutir que inclusão estamos fazendo.

No que se refere à forma que devem assumir as presentes reflexões, nossa opinião é baseada na exploração de uma temática que reúne indícios do cotidiano e experiências já relatadas com vistas a uma sistematização de idéias na busca de elucidar sentidos e, assim, contribuir para a compreensão relativa ao atual momento da Educação Especial brasileira, suas práticas e seus espaços de ação. Ao identificar indícios, e socializar nossos resultados acreditamos que poderemos ajudar a construir a prática pedagógica de novas salas de recursos.

3. CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa de abordagens qualitativas pode assumir diversas formas. O estudo apresentado aqui utiliza elementos do chamado estudo de caso. Um caso é uma unidade dentro de um sistema mais amplo. Ele pode ser simples ou complexo. Ele é bem delimitado e o interesse está naquilo que ele tem de único ainda que permita generalizações posteriores (BOGDAN e BIKLEN, 1982 *apud* LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

No caso das iniciativas em educação inclusiva acreditamos que esta forma de estudo seja a mais adequada para divulgar criticamente os trabalhos em desenvolvimento.

Para atingir os objetivos apresentados anteriormente desejamos ouvir os atores envolvidos mais diretamente no processo: alunos e responsáveis. A convivência com esses sujeitos nos coloca por um lado a par de suas impressões, elogios e queixas sobre o atendimento desenvolvido na sala de recursos. Por outro lado a proximidade e a amizade poderiam de certo modo suscitar respostas muito positivas. Diante disso, para ampliar nosso estudo optamos por investigar os registros avaliativos dos alunos.

Utilizamos então duas fontes de coletas de dados: entrevistas e análise documental. Devido o tempo de pesquisa, indisponibilidade de equipamentos e características do público em estudo, as entrevistas foram realizadas informalmente no momento em que as mães vinham à escola buscar seus filhos. As perguntas foram feitas às mães⁷ seguindo um roteiro bem estruturado; a pesquisadora fazia as perguntas e anotava as respostas em uma ficha previamente preparada (ANEXO 2), pois elas eram ou analfabetas ou semi analfabetas.

Os alunos foram também ouvidos seguindo este formato (ANEXO 3).

7 Dentre as senhoras entrevistadas três eram mães de aluno enquanto uma era avó com função de mãe. Desta forma optamos por chamá-las todas de mãe para facilitar a fluência textual.

A análise documental foi feita na forma de um resumo que descreve a trajetória dos alunos em termos avaliativos ao longo dos três anos de atuação desta professora-pesquisadora.

Para a organização e tratamento dos dados nos inspiramos nas ferramentas da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Bardin (1977, p. 42) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. A finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos.

Os resultados das entrevistas são apresentados a seguir na forma de textos analíticos mesclados com recortes significativos de falas dos entrevistados. Estas estarão em **negrito** entre aspas. Os nomes das mães foram trocados e os nomes dos alunos foram abreviados de modo a garantir certa discrição. Apresentamos e lemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO 4) onde solicitamos também a autorização para o uso de imagens nesta produção.

3.1 Entrevistas com as mães

A primeira pergunta foi: O que você acha da escola na vida do seu filho (a)? De acordo com a opinião das mães pudemos constatar que a escola tem grande importância na vida de seus filhos por ser uma ocupação que permite às mães um tempo de descanso, por desenvolver a aprendizagem e por estar permitindo a integração de todos na escola. D. Maria acredita que **“Foi a melhor coisa que aconteceu pra mim e pra ele, pois me deu um bom sossego (...)”**, D. Fátima diz **“É tudo pra ela”**(...). Elas entendem que é na escola que seus filhos desenvolvem seus maiores progressos: **“(...) depois que ela veio pra escola ela aprendeu a conversar, aprendeu que existem dias, semanas, meses, horas”**(...) (D. Júlia) e é por isso que procuram sempre participar da vida escolar de seus filhos como conclui a D. Marta: **“Ele está na escola desde criança, mas antes era mais difícil, pois não queriam aceitar que ele se matriculasse, então eu fui ao médico e pedi uma declaração dizendo que ele tinha condições de estudar.”**

Em seguida, mais especificamente na pergunta 2 quais mudanças que a sala de recursos multifuncionais trouxe para o seu filho (a)? Para as mães a sala de recursos proporcionou a seus filhos um ensino diferenciado, voltado a trabalhar as dificuldades específicas. D. Marta entende que **“Ele aprendeu a escrever, aprendeu os números, as letras, a pintar.”**, D. Fátima diz que **“Ela aprendeu a rezar, a cantar e a escrever”**(...) antes só ficava assistido televisão. Para D. Maria a sala **“Deixou-o mais calmo, e o fez conviver melhor com outras pessoas que não sejam da família (...)**, o que também os levou a uma maior socialização, melhorando tanto na questão pedagógica quanto na afetiva como afirma a D. Júlia: **“(...) fez com que ela participasse mais da vida de outras pessoas, que ela se desenvolvesse e aprendesse como se comportar na sociedade (...)”**

Na questão 3: O que seu (sua) filho (a) gosta na escola? As mães afirmam que seus filhos gostam muito da escola e das pessoas que lá trabalham como a professora, a diretora, a equipe técnica e a pedagógica,

como também dos equipamentos que a mesma possui. D. Júlia: “(...) **ela gosta de toda a escola e se eu a deixasse queria passar o dia todo aqui**”, “(...) **ele já acorda pedindo pra ir pra escola**” (D. Maria).

Concluimos com as respostas das mães que a escola é um espaço aconchegante e com pessoas agradáveis na afirmação da D. Marta **“Na verdade ele gosta de tudo, mas sempre fica falando da professora e da diretora no final de semana dizendo que está com saudades”**. Podemos pensar que esta entrada e participação plena no espaço escolar trata-se de uma das faces da inclusão.

Por fim, nesta pergunta Qual a sua expectativa para a vida do seu (sua) filho (a)? não foi possível identificar uma única tendência nas repostas, que era esperado, ou seja, a dinâmica de cada família e as especificidades de cada aluno leva as diferentes expectativas. E apesar das dificuldades que essas famílias enfrentam com filhos (as) portadores de deficiências elas são em sua totalidade felizes com a forma deles serem. **“Ela vai estudar até quando quiser e até quando eu possa trazê-la (...). Ela que ser comerciante e eu vou colocar um banco na feira para ela (...)** D. Júlia. **“Que ele cresça e mude seu comportamento (...) capaz de conviver em sociedade”** (D. Maria) **“Que ela tenha muita saúde para continuar estudando e que seja esta pessoa sempre feliz”** (D. Fátima) **“Não penso muito nisso, pois sei que ele sempre vai depender de mim pra tudo, mas fico feliz quando vejo ele realizar tarefas simples como ir à padaria e comprar pão, jogar bola e ir à escola sozinho”** (D. Marta).

3.2 Entrevistas com os alunos

As entrevistas com os alunos se mostraram pouco eficientes, talvez pelas perguntas, talvez pela realização das mesmas terem sido feitas pela própria professora a qual eles tem grande admiração, ou talvez por terem sido realizadas no espaço da sala de recursos. No entanto, alguns dados podem reforçar o caráter de socialização das nossas atividades e o gosto pela sala e pela escola. O que você mais gosta na escola? Boa parte dos alunos falou sobre a professora da sala e outros funcionários da escola. Eles também falaram dos colegas, mostrando afeto, amizade, e prazer com sua turma. Porém, desafetos também foram citados. Isso mostra uma rotina normal de convivência. Além das relações pessoais eles citaram: “(...) **escrever os nomes no computador**” E. “**Escrever no computador**” C. “(...) **de pintar, de escrever, do computador...**” G. “(...) **de fazer prova, de pintar e do computador**” A. **Do recreio, da bandinha, dos joguinhos (...)** V. Isso mostra que os recursos da sala são atrativos, são usados e são importantes recursos para o desenvolvimento destes alunos.

3.3 Parecer Avaliativo dos Alunos (2009-2011)

Aluno A.

Em 2009 pude observar que o aluno gostava de participar das atividades propostas pela sala, mas não era muito assíduo as aulas o que lhe impediu de obter um progresso mais significativo. Em 2010 seu avanço foi notório desde a parte social à parte pedagógica, pois o mesmo conseguiu reconhecer as letras de seu nome e os números de 0 a 9, também participou de apresentações e comemorações. Em 2011 foi, no entanto o seu ano de maior sucesso, pois além de reconhecer também passou a escrever seu nome e a copiar palavras retiradas da lousa. Hoje reconhece praticamente todas as letras do alfabeto e cita palavras que comecem com essas letras. É um aluno muito carinhoso, assíduo e participativo que realiza diversos tipos de atividades

de forma independente. Recebe atendimentos periódicos em fonoaudiologia, desde 2010.

Aluna C.

Em 2009 pude perceber que a aluna era uma criança esperta, curiosa e bastante interessada em aprender, mas não conhecia nenhuma das letras nem mesmo as do seu nome, mas se dedicava muito em aprender, não teve muitos avanços na parte pedagógica já na social se mostrou muito participativa e atuante. Em 2010 os avanços pedagógicos foram bastante significativos, a aluna aprendeu a escrever e ler seu nome, os números de 0 a 20 e algumas letras do alfabeto. Em 2011 a aluna progrediu em todas as áreas, Já lê e escreve seu nome completo, palavras com sílabas complexas e pequenas frases. Reconhece os números e resolve pequenos problemas de adição. É uma aluna carinhosa, assídua, interessada e prestativa que se relaciona muito bem com todos. Recebe atendimentos periódicos em fonoaudiologia, desde 2010.

Aluna E.

Em 2009 pude notar que a aluna era muito boa na questão de artes, gostava muito de cantar, dançar e pintar, mas só coloria suas atividades com as cores vermelha e laranja, não teve muitos avanços pedagógicos, apenas cobria pontilhados. Em 2010 os progressos foram os mesmos, a aluna continuava escrevendo apenas em forma de garatujas (Imagem 7) apenas na parte da pintura é que começou a utilizar outras cores, mas sempre com predominância do vermelho e laranja. Em 2011, os avanços foram muito visíveis, pois como num passe de mágica a aluna começou a escrever suas primeiras letras de bastão e a retirar palavras da lousa (Imagem 8) no entanto, não identifica quase nada do que escreve, apenas a primeira letra de seu nome. Não reconhece os números, mas, sabe contar de um a cinco. É uma aluna extremamente sensível, doce e sonhadora.

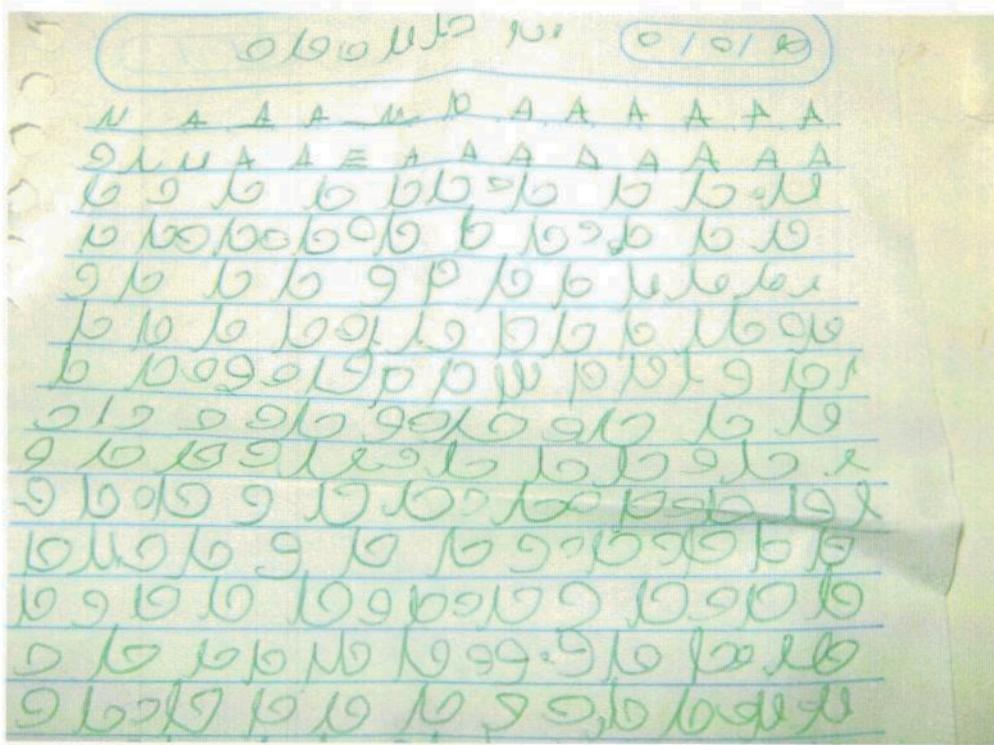


Imagem 7 – Garatujas escritas pela aluna em 2010.

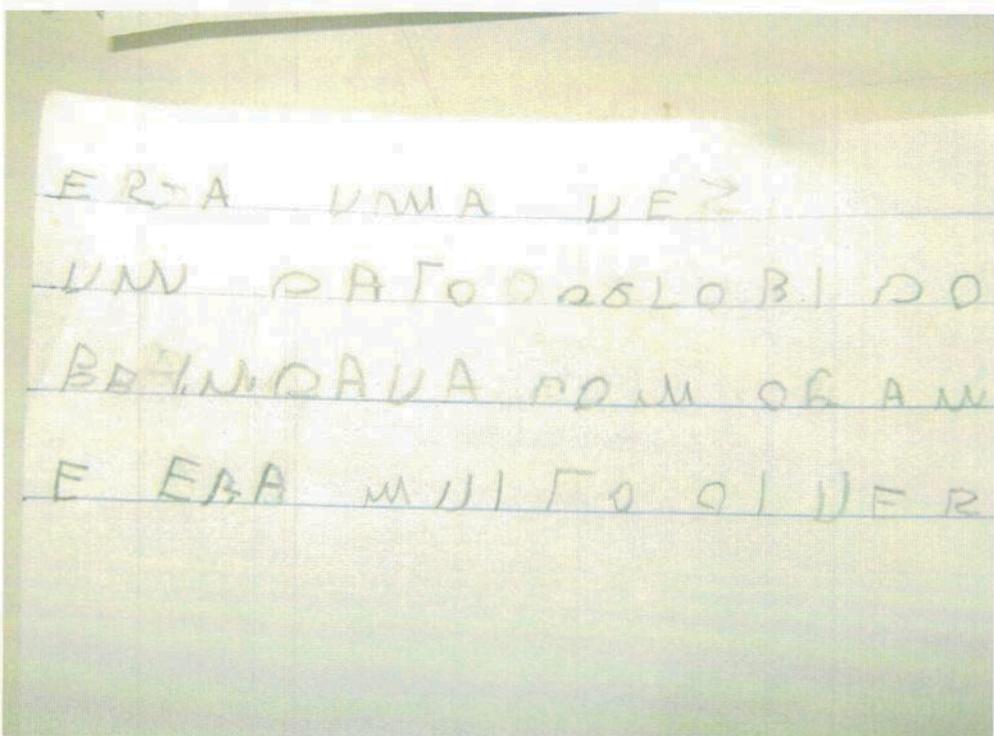


Imagem 8 – Progressos na escrita em letras de bastão feitas pela mesma aluna.

Aluno V.

O aluno só chegou à sala em 2010, bastante agressivo e sem reconhecer nenhuma das letras do alfabeto, não gostava de freqüentar as aulas e sempre ficava chorando, mordida os colegas e a professora e rasgava as atividades. No segundo semestre do mesmo ano aos poucos o aluno foi demonstrando mais interesse em ficar na sala e diminuindo a agressividade, mas, não pude relatar nenhum avanço pedagógico pelo fato do aluno continuar rasgando as tarefas. Em 2011 ele chegou um pouco mais tranqüilo e já no primeiro dia de aula o aluno se mostrou mais afetuoso abraçando os colegas e a professora, ainda rasgou algumas tarefas no início, mas hoje se mostra um dos mais interessados em realizar as atividades, não escreve letras, mas já identifica muitas delas, é assíduo, gosta de brincar e está num processo de socialização muito positivo. Tem acompanhamento mensal em neurologia desde março de 2011

Aluna Ma.

Logo no início do ano letivo de 2009, pude perceber a alegria que a aluna tinha em estar na escola, as histórias lidas, o momento da oração, das conversas, tudo a deixava satisfeita, no entanto a aluna não tinha domínio sobre nenhum modo de escrita ou leitura e não conhecia nenhuma das letras do alfabeto. Outro fato que me chamou atenção foi na parte da pintura, pois a aluna só coloria suas atividades com cores escuras como preto e marrom, procurei então a psicóloga do município que fez um trabalho com ela e constatou que os únicos momentos que ela se mostrava feliz era quando estava na escola, pois em casa sempre ficava a maior parte do tempo assistindo televisão e sem conversar com ninguém e isso se confirmava no momento em que ela se utilizava das cores produzindo que em seu ambiente cotidiano tudo era "sem graça, sem cor". Em 2010 junto com a mãe da aluna decidimos fazer um trabalho de integração da família na escola e esta ação foi muito positiva, pois em pouco tempo a aluna se mostrou bastante satisfeita e praticamente não utilizava mais as cores preto e marrom, sua atenção pela

escrita também chamava atenção e aos poucos ela começou a escrever suas primeiras letras (as de seu nome), mas não de forma seqüenciada. No início de 2011 a aluna estava ainda mais motivada já escrevia seu nome e conhecia os números de zero a nove, a mãe relatou que nas férias ela pediu pra estudar, então contratou uma professora particular e esta lhe ensinou algumas letras e a aluna se mostrava ansiosa para relatar para a professora da sala de recursos o que tinha aprendido. Depois disso os progressos foram visíveis, hoje a aluna reconhece todas as letras do alfabeto e sabe algumas palavras que começam com essas letras, pinta com várias cores, escreve pequenos textos retirados da lousa, participa de todas as apresentações da escola, é bastante assídua e carinhosa com todos.

A partir dos resultados de pesquisa pudemos constatar que as atividades desenvolvidas na sala de recursos da E.M.E.F Celina de Lima Montenegro promovem a **inclusão**, quando possibilita a **integração** destes portadores de necessidades especiais, a partir de atividades que favorecem a **sociabilidade**, o convívio social em suas mais variadas formas.

Nessa esfera de valorização da pessoa humana a **aprendizagem** está acontecendo, o progresso é perceptível, tanto pela família quanto pela comunidade escolar. Além disso, a sala de recursos cumpre um papel, não previsto nos documentos oficiais, mas importante na prática: ofertar uma ocupação a estas crianças e jovens com cuidado, atenção e carinho, de modo a permitir um momento de relaxamento e reforço para as mães guerreiras que assumiram seus filhos sem medo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos a partir desta pesquisa que a inclusão é uma necessidade e também uma realidade, ainda que deficiente. O esforço das pessoas envolvidas neste processo é tão importante quanto à legislação que determina sua execução.

A escola deve promover a seus alunos um ambiente de integração para que eles possam sentir-se acolhidos como afirma a Declaração de Salamanca:

“A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades” (UNESCO, 1994, n.p.)

Receber os alunos com agrado não requer nenhum tipo de preparação científica ou cursos de capacitação, requer apenas uma visão do que é inclusão, e não apenas a sala de recursos, mas toda escola deve ser inclusiva, pois só assim esses alunos se sentirão parte desse universo.

“Experiências em vários países demonstram que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é melhor alcançada dentro de escolas inclusivas, que servem a todas as crianças dentro da comunidade. É dentro deste contexto que aqueles com necessidades educacionais especiais podem atingir o máximo progresso educacional e integração social. Ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o

sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários”.(op cit. n.p.)

Constatamos em nosso estudo que, em nosso ambiente escolar existe o acolhimento necessário para a integração das crianças com necessidades educacionais especiais e esta integração certamente possibilitou êxitos na aprendizagem como foi descrito nos resultados. No entanto, sabemos que ainda precisamos de mais investimentos de pesquisa sobre a dinâmica pedagógica para a sala de recursos e o atendimento educacional inclusivo. Mas acreditamos que o:

“Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (UNESCO, 1994, n.p.).

Propomos que esta convivência seja ampliada aos alunos portadores de necessidades especiais, não apenas entre eles como também entre os “normais”.

Seguindo o documento acima referido:

“Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidade” (n.p.)

Com base em nossa investigação somada à experiência acumulada na vivência diária, reconhecemos hoje que o atendimento individualizado é de suma importância para garantir avanços ainda maiores quando pensados em

sua individualidade. Portanto, defendemos aqui o desenvolvimento de atividades individualizadas em momentos específicos como parte do processo de inclusão, mas com importância igual à dada ao convívio social enquanto grupo, ou sala.

A sala de recursos não pode ser transformada em um ambulatório médico, onde a entrada e saída dos alunos deve ser agendada e contabilizada, ela deve ser um espaço dinâmico capaz de acolher a todos que nela chegarem.

Em relação à obrigatoriedade de frequência na sala regular pensamos que cada caso deve ser analisado por equipe multiprofissional e família. No caso estudado percebemos que alguns alunos não sentem necessidade de frequentar outra sala de aula além da sala de recursos. Então, acreditamos que os mecanismos de inclusão não devem ser tão padronizados e que esta não deveria ser uma condição para os alunos frequentarem a sala de recursos.

Sinto-me uma privilegiada por poder conviver com esses alunos e poder construir um ambiente tão acolhedor! Essas crianças me ensinaram muito mais do que em uma vida toda eu poderei ensiná-las. Ensinaram-me a ser feliz com as coisas simples da vida e fizeram-me enxergar que tudo é muito passageiro para perder tempo com lamentações, mostraram-me que estar bem é só uma forma de como eu encaro a minha realidade e que cabe a mim esta escolha.

Poder partilhar da vida dessas crianças e de suas famílias mostrou-me que as dificuldades sempre existirão, mas que elas também fazem parte da vida e que eu não preciso fazer tantos planos para o futuro se eu estiver fazendo valer a pena o meu presente como disse a mãe de um aluno falando sobre as expectativas de seu filho para o futuro: "Não penso muito nisso, pois sei que ele sempre vai depender de mim pra tudo, mas fico feliz quando vejo ele realizar tarefas simples como ir à padaria e comprar pão, jogar bola e ir à escola sozinho", esse comentário me fez refletir muito sobre o que realmente interessa, o que me fará levar e o que me fará deixar de bom na vida das pessoas que eu cruzar ao longo dos anos.

Por isso esse e todos os alunos devem ser ouvidos, suas escolhas e desejos devem ser considerados quando se pensa em incluí-los de fato na sociedade.

Hoje o que posso fazer é agradecer a Deus a oportunidade que ele me proporcionou de poder fazer a diferença na vida dessas pessoas e de aprender com essa diferença. Sei que passaremos por bastantes dificuldades ainda até conseguirmos uma sociedade inclusiva, mas sei que o primeiro passo já foi dado e que fazemos parte dessa história.

Ainda somos poucos, mas somos suficientes para chamar a atenção para uma nova visão sobre educação e sociedade inclusiva.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >

Acesso em 28/10/2011.

_____. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm> Acesso em 02/11/2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em 29/10/2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP de 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais**

para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001 a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da união, 05 de outubro de 2009.

CAVALCANTE, MEIRE. A escola que é de todas as crianças. **Nova Escola**, Vol. 20, nº 182, 2005.

DEFICIENTE EFICIENTE. Disponível em:

<<http://www.deficienteciente.com.br/2010/01/o-papel-da-universidade-frente-as.html>> Acesso em 26/11/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância.** Org. Ana Maria Araújo Freire. UNESP 2005.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. O Papel da Universidade Frente às Políticas Públicas para Educação Inclusiva. Adaptações Curriculares. **Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro.** Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>> Acesso em 28/10/2011.

INFOESCOLA, **Declaração de Salamanca.** Disponível em:

<<http://www.infoescola.com/educacao/declaracao-de-salamanca/>> Acesso em 12/11/2011.

SANTOS, Monica Pereira dos. Educação Inclusiva: Redefinindo a Educação Especial. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3/4 , p.103-118, 2002.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um Guia para Educadores**. Trad.: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes médicas, 1999.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 01/11/2011 n.p.

ANEXOS

ANEXO 1 QUADROS DE MATERIAIS

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais – 2008

As Salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I e II são constituídas de equipamentos mobiliários e materiais didáticos pedagógicos, conforme quadro abaixo. (Quadro I)

Nº de Ordem	Especificação
01	Microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD e terminal
02	Monitor de 32" LCD
03	Fones de ouvido e Microfones
04	Scanner
05	Impressora laser
06	Teclado com colméia
07	Mouse com entrada para acionador
08	Acionador de pressão
09	Bandinha rítmica
10	Dominó
11	Material dourado
12	Esquema corporal
13	Memória de numerais
14	Tapete quebra – cabeça
15	Software para comunicação alternativa
16	Sacolão criativo
17	Quebra cabeças sobrepostos (seqüência lógica)
18	Dominó de animais em Língua de Sinais
19	Memória de antônimos em Língua de Sinais
20	Conjunto de lupas manuais (aumento 3x, 4x e 6x)
21	Dominó com Textura
22	Plano inclinado – Estante para Leitura
23	Mesa redonda
24	Cadeiras para computador
25	Cadeiras para mesa redonda
26	Armário de aço
27	Mesa para computador
28	Mesa para impressora
29	Quadro melanínico

As Salas de Recursos Multifuncionais – Tipo II são acrescidas de outros recursos e materiais didáticos e pedagógicos conforme descrição abaixo. (Quadro II).

Nº de Ordem	Especificação
01	Impressora Braille
02	Máquina Braille
03	Lupa Eletrônica
04	Reglete de Mesa
05	Punção
06	Soroban
07	Guia de Assinatura
08	Globo Terrestre Adaptado
09	Kit de Desenho Geométrico Adaptado
10	Calculadora Sonora
11	Software para Produção de Desenhos Gráficos e Táteis

ANEXO 2 ENTREVISTA COM AS MÃES

Nome: _____

Escolaridade: _____

Idade: _____

1. O que acha da escola na vida de seu (sua) filho (a)?
2. Quais as mudanças que a sala de recursos multifuncionais trouxe para seu (sua) filho (a)?
3. O que o (a) seu (sua) filho (a) mais gosta na escola?
4. Qual sua expectativa para a vida do (a) seu (sua) filho (a)?

Nome: D. Júlia

Escolaridade: Fundamental primeira fase incompleta

Idade: 58 anos.

1. O que acha da escola na vida de seu (sua) filho (a)?

É muito importante, depois que ela veio pra escola ela aprendeu a conversar, aprendeu que existem dias, semanas, meses, horas, etc. Tem gente que acha que ela vem pra escola só pra brincar, mas eu digo ao povo que ela sabe mexer até no computador, sabe até mais do que eu.

2. Quais as mudanças que a sala de recursos multifuncionais trouxe para seu (sua) filho (a)?

Trouxe muita coisa boa, fez com ela participasse mais da vida de outras pessoas, que ela se desenvolvesse e aprendesse como se comportar na sociedade. Hoje ela conhece muita gente que eu nem conheço.

3. O que o (a) seu (sua) filho (a) mais gosta na escola?

Gosta muito da professora, do professor, da diretora, dos colegas, gosta de participar das comemorações, de mexer no computador, de escrever cartas, de fazer tarefas, ela gosta de toda a escola e se eu deixasse ela queria passar o dia todo aqui.

4. Qual sua expectativa para a vida do (a) seu (sua) filho (a)?

Ela vai estudar até enquanto quiser e até quando eu possa trazê-la para a escola, como ela mesma diz: "ela vai estudar até se formar". Ela quer ser comerciante e eu vou colocar um banco na feira pra ela do jeito que ela quer pra vender de tudo.

Nome: D. Fátima

Escolaridade: Analfabeta.

Idade: 71 anos.

1. O que acha da escola na vida de seu (sua) filho (a)?

É tudo pra ela, tem dias que eu digo pra ela não ir porque ta cansada e ela diz que tem que ir.

2. Quais as mudanças que a sala de recursos multifuncionais trouxe para seu (sua) filho (a)?

Ela aprendeu a rezar, a cantar e a escrever, então posso entender que ela mudou muito, pois antes só ficava assistindo televisão o dia todo e não conversava com ninguém. Também deixou de pintar os desenhos só de preto e marrom, hoje ela pinta colorido.

3. O que o (a) seu (sua) filho (a) mais gosta na escola?

Gosta muito da tia e das histórias que ela conta, também gosta muito da merenda, de escrever e do recreio.

4. Qual sua expectativa para a vida do (a) seu (sua) filho (a)?

Que ela tenha muita saúde pra continuar estudando e que seja esta pessoa sempre feliz.

Nome: D. Maria

Escolaridade: Fundamental primeira fase incompleta

Idade: 43 anos.

1. O que acha da escola na vida de seu (sua) filho (a)?

Foi a melhor coisa que aconteceu pra mim e pra ele, pois me deu um bom sossego, pois só a professora e eu agüentamos ele.

2. Quais as mudanças que a sala de recursos multifuncionais trouxe para seu (sua) filho (a)?

Deixou-o mais calmo, conviver com outras pessoas que não seja a família, fez com que ele se educasse mais. Ele obedece mais a professora do que a mim.

3. O que o (a) seu (sua) filho (a) mais gosta na escola?

Gosta de tudo, ele já acorda pedindo pra ir pra escola

4. Qual sua expectativa para a vida do (a) seu (sua) filho (a)?

Que ele cresça e mude seu comportamento para melhor, tornando-se uma pessoa capaz de conviver em sociedade, de trabalhar e realizar atividades comuns a todo mundo.

Nome: D. Marta

Escolaridade: fundamental primeira fase incompleta.

Idade: 54 anos.

1. O que acha da escola na vida de seu (sua) filho (a)?

Acho muito importante. Ele está na escola desde criança, mas antes era mais difícil, pois não queriam aceitar que ele se matriculasse, então eu fui ao médico e pedi uma declaração dizendo que ele tinha condições de estudar.

2. Quais as mudanças que a sala de recursos multifuncionais trouxe para seu (sua) filho (a)?

Muitas. Ele aprendeu a escrever, aprendeu os números, as letras, a pintar. Sem falar das amizades que ele conquistou hoje a gente passa na rua e todo mundo fala com ele.

3. O que o (a) seu (sua) filho (a) mais gosta na escola?

Na verdade ele gosta de tudo, mas sempre fica falando da professora e da diretora no final de semana dizendo que está com saudades.

4. Qual sua expectativa para a vida do (a) seu (sua) filho (a)?

Não penso muito nisso, pois sei que ele sempre vai depender de mim pra tudo, mas fico feliz quando o vejo realizar tarefas simples como ir a padaria comprar pão, jogar bola e ir a escola sozinho.

ANEXO 3 ENTREVISTA COM OS ALUNOS

Nome: _____

Idade: _____

1. O que você mais gosta na escola?
2. Porque você gosta da escola?
3. O que você não gosta na escola?
4. De qual sala mais gosta?

Nome: **E.**

Idade: **21 anos.**

1. O que você mais gosta na escola?

Da tia Cibele, tia Joacilma, Edilene, Graça. Gosta de arrumar as mesas, as cadeiras, levar os pratos para a cozinha, gosta de pintar as provas e de escrever os nomes no computador.

2. Porque você gosta da escola?

Porque sim.

3. O que você não gosta na escola?

Gosta de tudo.

4. De qual sala mais gosta?

Da sala de recursos.

Nome: **C.**

Idade: **13 anos.**

1. O que você mais gosta na escola?

Gosta da tia Cibele, Eliane, Aparecida. Gosta de fazer as tarefas, de brincar, de fazer apresentações, rezar e escrever no computador.

2. Porque você gosta da escola?

Porque eu gosto muito de estudar.

3. O que você não gosta na escola?

Não gosto da professora xxxxx. (O nome da professora da sala regular não foi divulgado, para evitar possíveis constrangimentos).

4. De qual sala mais gosta?

Da nossa sala, porque na outra tem muito aluno arengueiro.

Nome: **G.**

Idade: **14 anos**

1. O que você mais gosta na escola?

Gosta da tia Cibele, de Victor, de pintar, de escrever, do computador... de tudo.

2. Porque você gosta da escola?

Porque eu gosto de pintar pra ficar tudo bem bonito.

3. O que você não gosta na escola?

De xxxxx e do recreio porque o sol é muito forte. (O nome da aluna não foi divulgado, para evitar possíveis constrangimentos).

4. De qual sala gosta mais?

Da sala da gente porque é boa.

Nome: **MA.**

Idade: **28 anos.**

1. O que você mais gosta na escola?

Gosta de fazer as tarefas, fazer o nome, de brincar, gosta de Allan, Camila, Eliane, Tia Cibele, Graça e Maria.

2. Porque você gosta da escola?

Porque gosto.

3. O que você não gosta?

Não tem nada que eu não goste.

4. De qual sala gosta mais?

Da nossa.

Nome: **A.**

Idade: **18 anos.**

1. O que você mais gosta na escola?

De tia Cibele, de Eliane, de Gabrielzinho, Victor... de todo mundo! Gosto de brincar de bola, de fazer prova, de pintar e do computador.

2. Porque você gosta da escola?

Porque eu aprendo muita coisa.

3. O que você não gosta aqui na escola?

Não gosto de brincar no recreio porque eu caio.

4. De qual sala gosta mais?

Dessa sala aqui, porque é a mais bonita.

Nome: **V.**

Idade: **05 anos.**

1. O que você mais gosta na escola?

Do recreio, da bandinha, dos joguinhos, de Gabriel, Allan, Pedrinho...de todos os amigos. Também gosta da tia Cibele e de Myria.

2. Porque você gosta da escola?

Porque a escola é bonita.

3. O que você não gosta aqui na escola?

Não gosto de quando vem palhaço.

4. De qual sala você mais gosta?

Da outra e dessa.

Nome: **Gz.**

Idade: **4 anos.**

1. O que você mais gosta na escola?

Gosta de brincar, de lanchar, de jogar bola, de ir prá o recreio, de Eliane, Allan, Pedro e de todos da sala.

2. Por que você gosta da escola?

Porque é boa e eu quero estar aqui todo dia.

3. O que você não gosta aqui na escola?

Não sei.

4. De qual sala mais gosta?

Dessa sala aqui, porque é a maior e mais bonita.

ANEXO 4 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Cibele da Silva Furtado, aluna do curso de Especialização em Ensino-Aprendizagem da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde, Campus Cuité, sob a orientação da Professora Caroline Zabendzala Linheira, estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada **Que inclusão é possível? Um estudo na Sala de Recursos Multifuncionais no Município de Cuité, PB**. Nosso trabalho de pesquisa pretende descrever e avaliar o trabalho desenvolvido por mim, na sala de Recursos com os alunos portadores de necessidades especiais. Este estudo é importante porque temos várias salas nesta modalidade de ensino funcionando no Estado e no país, mas ainda sabemos muito pouco sobre a melhor forma de trabalhar neste espaço. Para que o trabalho dos professores nas Salas de Recursos seja aperfeiçoado precisamos saber se o que viemos desenvolvendo está dando resultados e quais são estes. Desta forma, gostaria de contar com a sua participação através de conversas que serão anotadas como entrevistas; de conversas com seu filho (ou tutelado); publicação de fotos em atividades de ensino ou culturais. Pedimos também a autorização para a publicação dos nomes verdadeiros. Em nenhum momento falaremos nas doenças e suas origens de modo a causar constrangimentos a quaisquer participantes desta pesquisa. As respostas e conversas serão escritas no trabalho, os nomes poderão ser abreviados para garantir um pouco de sigilo. A participação não trará qualquer risco, desconforto ou comprometimento para seu filho (ou tutelado), durante ou após a conversa. Queremos com a sua participação melhorar a escola! Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais participar do meu trabalho mesmo depois de ter conversado comigo entre em contato (até a conclusão do trabalho prevista para dezembro de 2011) comigo ou com minha orientadora através dos telefones: (83) 3372-1900/ (83) 9993-9975 ou comigo mesma no telefone (83) 9977-9324.

Professora Caroline Zabendzala Linheira _____

Professora Cibele da Silva Furtado _____

Eu, _____, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa **Que inclusão é possível? Um estudo na sala de Recursos no município de Cuité, PB**; estou de acordo em participar e permito a veiculação de imagens e falas de meu filho ou tutelado: _____ na condição de aluno da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola E.M. Celina de Lima Montenegro.

Cuité, _____ de _____ de 2011.

Assinatura: _____ R.G. _____